

O presente trabalho tem como escopo a apresentação da evolução histórica da terceirização do trabalho no Brasil, a análise crítica da Legislação e Jurisprudência Sumulada do TST bem como a análise das relações lícitas de terceirização de trabalho, na atividade privada, no que tange a aplicação do princípio da igualdade em resposta a atual inobservância do caráter equitativo da remuneração percebida entre os trabalhadores terceirizados com os diretamente contratados pelas empresas tomadoras de serviços. A proposta de estudo é a análise das vantagens e desvantagens para as partes contratuais, também a verificação de projetos de lei e as possibilidades para o futuro. Cabe destacar a relevância da análise da terceirização na medida em que sua utilização em larga escala e fora dos parcos limites existentes atualmente, afronta ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, coisificando o homem, que passa a ser considerado apenas como um instrumento para obtenção de resultados. Além disso, essa prática propicia injustificáveis discriminações socioeconômicas e aviltamento do valor da força de trabalho e do padrão civilizatório, sendo um verdadeiro retrocesso às conquistas justralhistas. O método a ser utilizado para realização do trabalho consiste em Pesquisa Doutrinária, Legal e Jurisprudencial nos Tribunais Regionais do Trabalho e nas Cortes Superiores, pesquisas em sites oficiais do Ministério do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho e em Dados Estatísticos Oficiais.